**A contribuição do estágio supervisionado para a formação inicial de professores:** reflexões a partir da implantação do Programa Residência Pedagógica

Autora: Lígia Luís de Freitas

Professora do Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, Doutora em Educação

E-mail: ligia.freitas@unipe.br

Co-Autor: Lauro Pires Xavier Neto

Professor do Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, Doutor em Educação

E-mail: lauro.xavier@unipe.br

Co-Autor: Gabriel Guedes da Silva

Licenciando do curso de Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ

E-mail: gabrielguedesdsilva@gmail.com

Co-Autor: Deyvidi Henrique de Andrade

Licenciando do curso de Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ

E-mail: deyvidibecan\_@hotmail.com

**Resumo**

A formação de professores deve considerar as mudanças nas formas de aprender e de ensinar, adequando-se à realidade contemporânea. O presente trabalho procura oferecer uma visão de conjunto das ações planejadas pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPE) para o Programa Residência Pedagógica vinculado à CAPES, implementado no Curso de Licenciatura em Educação Física a partir de agosto de 2018 e que está ocorrendo em seis escolas públicas da capital paraibana (municipais e estaduais). Espera-se aprimorar a formação docente inicial do curso de licenciatura em Educação Física, a partir do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o exercício de uma *práxis* reflexiva, consolidando a relação entre IES e escola, de maneira a estimular o protagonismo das redes de ensino na formação inicial. Os resultados iniciais indicam que os professores/preceptores das escolas não possuem uma concepção pedagógica definida no cotidiano de suas aulas, não estão realizando a formação continuada de maneira sistematizada (em especial os da rede pública estadual) e necessitam aprimorar ações didáticas para a sistematização do conhecimento – estes são os grandes desafios lançados para o Programa Residência Pedagógica.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Formação Inicial de Professores. Programa Residência Pedagógica.

**Introdução**

A formação de professores deve considerar as mudanças nas formas de aprender e de ensinar, adequando-se à realidade contemporânea. Entretanto, nenhum projeto de formação será exitoso, se não for capaz de dialogar com o que acontece no chão da escola. Especificamente no que diz respeito à formação inicial de professores(as), as mudanças ocorridas na legislação brasileira, ao longo das últimas décadas, apontam a necessidade de afirmação de uma política nacional de formação.

Com base em Gatti e Barreto (2009) pode se dizer que, no contexto brasileiro, as demandas por formação se intensificaram a partir do final de meados do século XX, principalmente com o processo de expansão da escolarização básica. A partir dos anos de 1960, a estrutura curricular dos cursos de formação seguia as orientações legislativas das Leis: 4.024/61, 5.540/68, 5.692/71 e 7.044/82.

Com a reforma da educação básica no Brasil, através da Pela Lei nº 5.692, de 1971, “as escolas normais são extintas e a formação que elas proviam passa a ser feita em uma Habilitação do ensino de segundo grau chamada Magistério” (GATTI; BARRETO, 2009, p. 38). Nesta direção, ao tornar-se uma habilitação com as outras, a formação para deveria seguir o currículo geral para o ensino. A referida Lei acabou criando outras saídas para suprir a falta de docentes formados em cursos de licenciatura.

Essas orientações geraram uma formação de currículo disperso, sem foco nos aspectos específicos da formação docente, fragilizando a preparação da docência para atuar nos anos iniciais da escolarização. Na década seguinte, a Lei 7.044/82 alterou o artigo 30 da legislação de 1971, com foco da formação na Habilitação Magistério. Com esta legislação criou-se outras opções formativas para a docência dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, fazendo emergindo cursos de licenciatura curta, com menos horas-aula de preparação de professores para atuarem da 1ª a 8ª séries. Depois de muitas polêmicas com esse direcionamento, o Conselho Federal de Educação criou normativa para que as licenciaturas se tornassem, progressivamente, plenas (GATTI; BARRETO, 2009).

Ainda com base nas reflexões dessas autoras, mesmo depois das alterações propostas pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), para as instituições formadoras e os cursos de formação de professores, as mudanças nos currículos da formação inicial só começaram a se efetivar a partir de 2002, a partir da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (DCNFP) e das Diretrizes das Licenciaturas, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação.

Tanto na LDB atual em 1996, quando nas normativas subsequentes (Plano Nacional de Educação e Diretrizes para a Formação de Professores) vamos encontrar as orientações gerais que devem nortear a formação inicial e continuada de professores(as). Tais diretrizes afirmam a necessária relação que deve haver entre teoria e prática. Todavia, ainda é comum encontrar profissionais recém-formados e/ou discentes, em contextos de estágio, chamando atenção para a fragilidade e distanciamento entre o que aprendem e o que efetivamente encontram na realidade escolar.

Especificamente de acordo com o parágrafo único do artigo 61, da Lei supracitada, são fundamentos da formação dos(as) profissionais da educação:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades (LDB, 2015, p. 35-6).

De acordo com as diretrizes 2002 a formação deve perseguir o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, profissionais, em relação direta com a pesquisa, num processo em que a construção de competências considere a diversidade de âmbitos que alicerçam o conhecimento do professor(a), com seleção de conteúdos que deem conta do que os(as) professores(as) ensinarão nas diferentes etapas de escolarização, de forma articulada e com observância das suas especificidades didáticas. Portanto, ação-reflexão-ação deve ser o princípio metodológico geral do processo formativo, possibilitando uma avaliação que gere autonomia profissional no processo de aprendizagem (DCNFP, 2002).

Fundamentados nestas reflexões o presente trabalho procura oferecer uma visão de conjunto das ações planejadas pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPE), para o Programa Residência Pedagógica, sob a responsabilidade desta instituição. Nesta direção, na instituição o Programa se desenha a partir dos seguintes objetivos: aprimorar a formação discente do curso de licenciatura em Educação Física, por meio do desenvolvimento de projetos vinculados aos campos de estágios supervisionados, que conduzam o(a) licenciando(a) ao exercício da práxis docente; fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre IES e escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o(a) aluno(a) da licenciatura em Educação Física, estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação inicial e; promover a adequação do currículo e proposta pedagógica do curso de Educação Física conforme às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A seguir apresentamos o perfil do grupo que compõem o programa e seus respectivos subprojetos.

**1. Perfil do alunado residente e subprojetos de trabalho**

No Centro Universitário de João Pessoa, o Programa atende a 30 residentes, sendo 16 homens e 14 mulheres. O grupo se situa na faixa etária de 19 a 34 anos, mas nesse conjunto a concentração maior está de 19 a 21 anos, o que indica uma defasagem idade-ano de, pelo menos, 3 anos. Esse perfil revela alguns aspectos: alguns não conseguem entrar na universidade de primeira, outros abandonam o ensino superior porque não conseguem conciliar estudo e trabalho, daí encontramos perfis que o ciclo de escolarização superior é marcado por processos de trancamentos. O perfil etário do grupo assim se revela:

**FONTE:** Pesquisa Projeto Institucional 2018.

Deste conjunto, a maioria afirma-se solteira, ou seja, vinte e oito (28) residentes. Apenas dois (2) se colocaram na condição de casado e em união estável. Deste conjunto apenas quatro (4) declararam ter filhos, sendo um (1) homem jovem na condição de casado e três (3) mulheres jovens na situação de mãe solteira, o que revela o peso que a maternidade tem na vida das mulheres. Outro aspecto observado foi um equilíbrio entre os que estudam e trabalham, sendo 14 e 16 residentes, respectivamente.

A partir desse perfil pode-se afirmar o quanto a bolsa de 400,00 reais tem importância para o grupo, principalmente por estudarem numa instituição em que o curso de educação física chega ao valor médio de um salário mínimo.

Na instituição o Programa foi organizado em três subprojetos. O Subprojeto 1: Gestão da escola e da educação física, corresponde ao Estágio I. Nesta direção, o presente projeto oferece experiências concretas que levam ao estagiário a apropriar-se de conhecimentos pedagógicos, administrativos e humanos, que lhe possibilitem construir e desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que fortaleçam seu senso crítico, inovador e criativo, conforme previsto no Projeto Pedagógico da Licenciatura do UNIPÊ. Nesta direção, o referido subprojeto potencializa a perspectiva da integralização curricular que se fundamenta no diálogo profícuo entre ensino-pesquisa-extensão.

O Subprojeto 2: Infância, movimento e letramento, corresponde ao Estágio II, que foca na educação infantil e na primeira fase do ensino fundamental. Nesta direção, o presente projeto oferece atividades voltadas ao campo de trabalho que propiciem ao profissional em formação o contato com os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que fundamentam as experiências pedagógicas na Educação Infantil e no Fundamental I, em instituições públicas, de maneira a fortalecer o senso crítico, inovador e criativo do profissional em formação, conforme previsto no Projeto Pedagógico da Licenciatura do UNIPÊ. Nesta direção, o referido subprojeto potencializa a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, a partir de uma parceria profícua com as redes públicas de educação básica.

O Subprojeto 3: Educação Física e sua relação com a área de Linguagens e Códigos, corresponde ao Estágio III, no qual realizam-se atividades e projetos transdisciplinares, especialmente com áreas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e Artes a partir das orientações da Base Comum Curricular Nacional. O presente projeto oferece atividades voltadas ao campo de trabalho que propiciem ao profissional em formação o contato com os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que fundamentam as experiências pedagógicas no Ensino Fundamental II (escolas públicas municipais) e no Ensino Médio (escolas públicas estaduais), de maneira a fortalecer o senso crítico, as perspectivas pedagógicas inovadoras e a criatividade do profissional em formação, conforme previsto no Projeto Pedagógico da Licenciatura do UNIPÊ. Nesta direção, o referido subprojeto potencializa a articulação entre teoria e prática no curso de licenciatura, a partir de uma parceria profícua com as redes públicas de educação básica. As ações desse subprojeto são equivalentes ao previsto para o Estágio III, vinculado ao Ensino Fundamental II e o Ensino Médio – inclusive a Educação de Jovens e Adultos.

**2. Articulação dos subprojetos com o projeto institucional**

Os subprojetos Gestão da escola e da educação física (Estágio I); Infância, movimento e letramento (Estágio II) e; Educação Física e sua relação com a área de Linguagens e Códigos(Estágio III) foram planejados a fim de potencializar as ações o Projeto Institucional. Nesta direção, as ações desses projetos tanto estão em consonância com as diretrizes do Componente Estágio Supervisionado da instituição, bem como buscam caminhar na direção de colaborar e qualificar as ações dos projetos pedagógicos das escolas-campos.

Durante a execução do subprojeto Gestão da escola e da educação física, o alunado do curso de licenciatura em educação física vivencia experiências formativas no campo da gestão escolar, a fim de apropriar-se de conhecimentos pedagógicos, administrativos e humanos, capazes de ajudá-los ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que estimulem o senso crítico, inovador e criativo previsto para o aluno egresso da Licenciatura do UNIPÊ. Portanto, com a implementação deste subprojeto busca uma maior integralização curricular favorecendo o diálogo profícuo entre ensino-pesquisa-extensão.

A vivência do subprojeto Infância, movimento e letramento oportuniza uma maior compreensão da educação infantil e da primeira fase do ensino fundamental. As atividades desse projeto dialogam com o projeto institucional ao oferecerem atividades que propiciem ao profissional em formação a construção e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que potencializem suas experiências profissionais na educação infantil e no fundamental I, estreitando de forma qualificada a relação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, principalmente com a valorização da parceria e das experiências adquiridas nas redes públicas de educação básica.

Com o subprojeto Educação Física e sua relação com a área de Linguagens e Códigos, o licenciando tem a oportunidade de realizar atividades e projetos transdisciplinares, especialmente com áreas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e Artes a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Durante sua implementação o licenciando em educação física constrói conhecimentos, habilidades e atitudes que o preparem para o exercício profissional no Ensino Fundamental II (escolas públicas municipais) e no Ensino Médio (escolas públicas estaduais). Assim como os projetos citados anteriormente as ações deste subprojeto visam estreitar o diálogo entre teoria e prática na formação inicial do profissional da licenciatura, futuro professor da educação básica.

**Conclusões**

O curso de Licenciatura em Educação Física do UNIPÊ conta com três períodos de estágio supervisionado e articula a construção do conhecimento a partir da Gestão Escolar e da docência na Educação Infantil, Ensino Fundamental e no Ensino Médio, abrangendo, portanto, toda a Educação Básica.

Frente às demandas da formação profissional, inicial e continuada, o projeto da Residência Pedagógica contribui na perspectiva de ampliar o referencial teórico prático dos professores preceptores das escolas públicas, através da relação pedagógica que irá se firmar entre a rede pública e a universidade. Dessa forma, vislumbramos que os professores preceptores que acolherão os discentes no campo de estágio, poderão contribuir de maneira ainda mais qualificada na realização dos planejamentos, gestão escolar, avaliação educacional e nas especificidades da sala de aula.

Da mesma forma, os discentes residentes, tem um suporte mais amplo com relação às discussões que fundamentam as concepções pedagógicas da Educação Física, a unidade entre teoria e prática, os fundamentos da prática pedagógica e os processos de gestão escolar. Os discentes residentes, imersos nas problemáticas significativas da Educação Básica, poderão constatar, interpretar, analisar e contribuir com as transformações necessárias da educação, a partir da reflexão da realidade escolar e estabelecendo proposições coletivas através dos núcleos de residência.

Nesta perspectiva, o projeto da Residência Pedagógica torna-se crucial para o fortalecimento e aperfeiçoamento dos estágios ao tratar de temas relevantes e necessários da Educação Básica, envolvendo demandas de letramento, gestão escolar, currículo, gestão da sala de aula e legislação da educação. A relação estabelecida entre a universidade e a rede pública de ensino contribuirá sobremaneira para a ampliação da formação humana e pedagógica de todos os envolvidos: gestores, professores, discentes e trabalhadores em educação através de ações pedagógicas articuladas com os projetos das redes de ensino e com os Projetos Político Pedagógico das escolas.

Os resultados iniciais indicam que os professores/preceptores das escolas não possuem uma concepção pedagógica definida no cotidiano de suas aulas, verificamos esse dado a partir das reuniões e as duas formações realizadas até o momento. Um dos elementos que explicam esse dado é o fato destes não estarem realizando a formação continuada de maneira sistematizada (em especial os professores da rede pública estadual) e necessitam aprimorar ações didáticas para a sistematização do conhecimento – estes são os grandes desafios lançados para o Programa Residência Pedagógica.

**REFERÊNCIAS**

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios** / Coordenado por Bernadete Angelina Gatti e Elba Siqueira de Sá Barreto. – Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB nacional: Lei de diretrizes e bases da educação nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em <http://portalmec.gov.br>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segunda versão revista. Brasília,

MEC/CONSED/UNDIME, 2016. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em <http://portalmec.gov.br>. Acesso em: 15 de julho de 2018.